

INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NA PRÁTICA JURÍDICA À LUZ DA GARANTIA DO ACESSO À JUSTIÇA: benefícios, desafios e perspectivas

Luciano Souto Dias¹

Samara Eduarda Germano Santos Rocha²

RESUMO

Esse ensaio convida à reflexão acerca dos impactos da tecnologia no âmbito judiciário, com ênfase nas inovações que contribuem ou não para a facilitação do acesso à justiça. O objetivo geral do trabalho compreende a pretensão de discorrer acerca dos impactos das inovações tecnológicas na prática jurídica à luz da garantia do acesso à justiça, tendo como questão problema apontar até que ponto as transformações tecnológicas aplicadas à prática processual têm contribuído para facilitar ou dificultar o acesso à justiça aos cidadãos. A metodologia adotada conta com o método dedutivo, pela argumentação teórica e revisão bibliográfica. A pesquisa permite concluir que as inovações tecnológicas na prática jurídica fazem parte da realidade no Direito contemporâneo, o que conduz a desafios que merecem enfrentamento em busca do aprimoramento de práticas, rotinas e procedimentos. As inovações, por conseguinte, contribuem exponencialmente para a ampliação do acesso à justiça aos cidadãos.

PALAVRAS-CHAVE: Inovação. Tecnologia. Acesso à justiça. Prática jurídica. Justiça.

ABSTRACT

This essay invites reflection on the impacts of technology in the judicial sphere, with an emphasis on innovations that contribute or not to facilitating access to justice. The general objective of the work comprises the intention of discussing the impacts of

¹ Doutor pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos/RS). Mestre em Direito Processual pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professor de disciplinas de Direito e Metodologia de Pesquisa em cursos de graduação e pós-graduação no Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG). Integrante da Comissão de Pesquisa e pós-graduação do IFMG. Professor de Direito de Família, Introdução ao Estudo do Direito, Direito Processual Civil, Prática de Processo Civil, Direito Autoral e Tópicos de Direito Processual Civil na Fadivale/MG. Um dos autores do livro Famílias e sucessões da Coleção Repercussões do Novo CPC, lançado pela Editora JusPodivm. Autor do livro Poderes instrutórios do juiz na fase recursal do processo civil em busca da verdade, publicado pela Editora JusPodivm. Coordenador e autor da obra Repercussões da pandemia Covid-19 no direito brasileiro, publicada em 2020 pela Editora JH Mizuno. Coordenador e autor do livro "Coronavírus: Direitos dos cidadãos e acesso à justiça", publicado pela Editora FOCO (selecionada pelo STJ). Coordenador e autor do livro "A resignificação do Direito a partir da pandemia do novo coronavírus", publicado pela Editora Brazil Publishing. Coordenador e autor do livro "O Direito e sua (re)significação: Desafios a partir da COVID-19", publicado em 2023 pela Editora Marco Teórico. Controlador-Geral do Município de Governador Valadares/MG, onde também é Comendador. Conselheiro estadual de Controle Interno. Palestrante. Advogado civilista. Sócio-proprietário do escritório Luciano Souto Advogados Associados. E-mail: lucianosouto2005@yahoo.com.br. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1662396341947410>.

² Advogada formada na Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce (Fadivale), em Governador Valadares/MG. Autora do livro "Em pequenos detalhes", publicado em 2022 pela Editora Viseu. Uma das autoras do livro "A resignificação do Direito a partir da pandemia do novo coronavírus", publicado pela Editora Brazil Publishing. Uma das autoras do livro "O Direito e sua (re)significação: Desafios a partir da COVID-19", publicado em 2023 pela Editora Marco Teórico. Autora de artigos científicos publicados em periódicos. Associada no escritório Luciano Souto Advogados Associados. E-mail: samaragermano1@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7543648933309952>.

technological innovations on legal practice in the light of guaranteeing access to justice, with the problem of pointing out the extent to which technological transformations applied to procedural practice have contributed to facilitating or hindering the access to justice for citizens. The methodology adopted relies on the deductive method, through theoretical argumentation and bibliographical review. The research allows us to conclude that technological innovations in legal practice are part of the reality in contemporary Law, which leads to challenges that deserve to be faced in the search for improving practices, routines and procedures. Innovations, therefore, contribute exponentially to expanding access to justice for citizens.

KEYWORDS: innovation; technology; access to justice; legal practice; justice

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO. 2 PANORÂMICA DA PRÁTICA JURÍDICA CONTEMPORÂNEA NA AMBIENTIZAÇÃO TECNOLÓGICA À LUZ DO ACESSO À JUSTIÇA. 3 BENEFÍCIOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NA PRÁTICA JURÍDICA. 3.1 PRINCIPAIS BENEFÍCIOS DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. 3.2 PRINCIPAIS BENEFÍCIOS DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NA ATUAÇÃO DOS MAGISTRADOS, ADVOGADOS, DEFENSORES PÚBLICOS, PROMOTORES DE JUSTIÇA, AUXILIARES DA JUSTIÇA E PARA OS CIDADÃOS. 4 DESAFIOS E PERSPECTIVAS DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NA PRÁTICA JURÍDICA. 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS. 6 REFERÊNCIAS

1 INTRODUÇÃO

A sociedade vivencia, inegavelmente, a era da revolução digital, rica em inovações nas mais diversas áreas, inclusive a jurídica, que recentemente experimentou a transição de uma prática tradicional pautada em atos processuais físicos e impressos para uma desafiante realidade de justiça digital. Isso tem exigido adaptação, sobretudo, dos gestores dos sistemas, dos magistrados, auxiliares da justiça, advogados, defensores públicos e dos jurisdicionados.

A premente necessidade de transpor a justiça para o ambiente digital decorre de uma exigência do nosso tempo, tendo sido acelerada a partir das medidas de saúde pública que foram impostas em razão das consequências da pandemia da COVID-19. Nesse período foram demandadas adaptações no cotidiano forense, que conduziram a um ambiente virtual, uma vez que inúmeros atos processuais, até então, eram praticados habitualmente na sua forma presencial, como audiências de instrução e julgamento e sustentações orais nos tribunais.

Nesse sentido, apresenta-se como objetivo geral do trabalho, a pretensão de discorrer acerca dos impactos das inovações tecnológicas na prática jurídica à luz da

garantia do acesso à justiça, tendo como questão problema apontar até que ponto as transformações tecnológicas aplicadas à prática processual têm contribuído para facilitar ou dificultar o acesso à justiça aos cidadãos.

Outrossim, tem-se como propósito de pesquisa apontar as respectivas contribuições advindas das inovações tecnológicas no meio judiciário e as facilidades dela decorrentes.

A temática em questão tem gerado impactos tanto na prática advocatícia quanto na atuação do judiciário e dos órgãos gestores e governamentais, uma vez que todos lidam no desafiante universo da tecnologia, que oferece ferramentas, funcionalidades e operacionalizações que demandam dedicado ajustamento por parte de todos, exigindo adaptação aos novos tempos.

Cumprе salientar que a tecnologia, inegavelmente, colabora para a prestação jurisdicional, facilitando a resolução de demandas, além de permitir a otimização do tempo demandado das relações processuais. Nesse sentido, tal aspecto impacta, positivamente, na efetivação dos direitos fundamentais dos cidadãos, bem como no acesso à justiça.

Em contrapartida, impõe-se ao Poder Judiciário que acompanhe atentamente as respectivas modernizações, sendo essencial a atenta fiscalização para uma maior efetividade, considerando que as facilidades podem conduzir a atos atentatórios à Justiça.

Nessa conjuntura, a presente pesquisa pretende analisar os desafios encontrados na prática jurídica a partir das inovações tecnológicas adotadas, identificando a capacidade do sistema judiciário de incorporá-las nos processos diante da considerável demanda dos cidadãos na busca pela prestação jurisdicional.

A abordagem proposta convida à análise reflexiva sobre os pontos auspiciosos e contraproducentes do tema proposto, buscando analisar a situação de forma concreta, em face da inclusão digital no âmbito jurídico. Além de analisar os principais obstáculos enfrentados, busca-se demonstrar a eficiência da sua implementação de forma conjunta à necessidade de métodos mais ágeis para a resolução de conflitos.

O texto apresenta, aprioristicamente, a panorâmica da prática jurídica contemporânea na ambientização e tecnológica, à luz do acesso à justiça. Em seguida, são abordados os principais benefícios, desafios e perspectivas das

inovações tecnológicas na prática jurídica, com ênfase na prestação jurisdicional e na atuação dos magistrados, advogados, defensores públicos, promotores de justiça, auxiliares da justiça e para os cidadãos. Posteriormente, são analisados os desafios e perspectivas das inovações tecnológicas na prática jurídica, em texto acompanhado das considerações finais.

Quanto ao viés metodológico, adota-se o método dedutivo, pela argumentação teórica e revisão bibliográfica.

2 PANORÂMICA DA PRÁTICA JURÍDICA CONTEMPORÂNEA NA AMBIENTIZAÇÃO TECNOLÓGICA À LUZ DO ACESSO À JUSTIÇA

A prática jurídica vivencia os progressivos impactos de uma verdadeira Revolução Tecnológica no Direito que, sobretudo na última década, tem sido significativamente reestruturada e transformada a partir das exponenciais contribuições evolucionárias que as inovações tecnológicas têm viabilizado, o que conduz à necessidade de adaptação à ambientização digital.

Se outrora a dinâmica da prática jurídica contava com a ambientização analógica tradicional pautada na ritualística física e impressa, que conduzia à instrumentalidade processual, contemporaneamente, a rotina procedimental se apoia em ferramentas e instrumentos digitais que contam com avançada tecnologia. Há poucas décadas, peças processuais eram elaboradas com o apoio de máquinas de escrever manuais enquanto, hodiernamente, peças são prontamente preparadas com o auxílio da inteligência artificial. Vivencia-se a Prática Jurídica 5.0, a prática jurídica inovadora, no ambiente digital.

Há uma década, Susskind (2013) sustentou que a prática jurídica seria significativamente transformada nos anos vindouros, o que inegavelmente tem ocorrido não apenas no Brasil, mas em âmbito mundial, impactando diretamente a forma de atuação de todos os profissionais na área jurídica, que enfrentam continuamente o desafio da adaptação nas suas rotinas cotidianas.

De fato, a atuação de magistrados, advogados, defensores públicos, promotores de justiça, auxiliares da justiça e outros profissionais que lidam com a prática jurídica estão sendo tecnologicamente transformada, nas suas dinâmicas procedimentais e forma de atuação.

Atento aos avanços no cenário jurídico, o setor empresarial tem investido em inovações em busca de soluções e melhorias tecnológicas para o mercado jurídico. Por conseguinte, *startups* jurídicas têm oferecido produtos que ampliam a exploração da tecnologia e inovação no setor. Empresas *legaltechs* e *lawtechs* oferecem a coleta de dados jurídicos como acesso a acervos e repositório de petições e julgados por mecanismos digitais. Ademais, são fornecidas ferramentas que facilitam o sistema de gerenciamento jurídico e controle de processos, que auxiliam na organização de tarefas de forma mais assertiva e eficaz.

O cenário jurídico tecnológico e inovador na prática jurídica deve representar fator contributivo para o acesso à justiça, no sentido de não apenas facilitar e simplificar o acesso dos cidadãos ao Poder Judiciário, mas de contribuir para a efetivação de direitos dos jurisdicionados, por um sistema multiportas³ de acesso à justiça.

O direito como conjunto de normas e princípios que exteriorizam valores sociais e disciplinam o comportamento humano, a fim de promover o bem e a justiça, deve acompanhar as mudanças em busca da sua adaptação à realidade e aos anseios sociais.

Nessa perspectiva, conforme Gonçalves (2022, p. 342), “a busca pela efetividade e duração razoável do processo deu ensejo ao uso de meios eletrônicos e de informatização do processo”.

Diante do exposto, pode-se depreender que a expressão-chave dos tempos hodiernos é “adaptação”. A sociedade está em contínua transformação e, com ela, o seu povo. O Direito deve acompanhar essas mudanças, em processo de constante adaptação.

³ Hermes Zaneti Júnior e Trícia Navarro Xavier Cabral destacam acerca dos benefícios da justiça multiportas: “A potencialidade de se resolver um conflito por outras formas que não a judicial estatal traz muito mais benefícios que problemas. E o mais importante deles consiste na adequação que os mecanismos não adversariais e extraestatais podem proporcionar à solução da controvérsia, resultando, acima de tudo, na satisfação do jurisdicionado e na restauração da convivência social entre os envolvidos no conflito, tendo ainda, como efeitos reflexos, entre outros, a diminuição dos recursos, a facilitação da execução, muitas vezes com adimplemento espontâneo, e execução imediata das medidas adotadas, e a possibilidade de diminuição de demandas judiciais com o advento de uma cultura de pacificação a ser fomentada na sociedade, atingindo empresas, o Estado e o cidadão. (ZANETI JÚNIOR, Hermes; CABRAL, Trícia Navarro Xavier. *Justiça Multiportas: Mediação, Conciliação, Arbitragem, e outros meios de solução adequada de conflitos*. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 8).

A relação entre o Direito e a sociedade apresenta duplo sentido de adaptação: o ordenamento jurídico é elaborado como processo de adaptação social e, para isso, deve ajustar-se às condições do meio, ou seja, o Direito deve se adaptar à sociedade. Ao mesmo tempo, o Direito estabelecido cria a necessidade do povo adaptar seu comportamento aos novos padrões de convivência, ou seja, a sociedade deve, de igual modo, adaptar-se ao Direito. Por conseguinte, “a sociedade cria o Direito e, ao mesmo tempo, se submete aos seus efeitos” (Nader, 2020, p. 21).

Ao Direito é conferida a importante missão de representar o organismo responsável pela instrumentalização e regência de valores que conduzem à paz social, à ordem e ao bem comum, buscando também dar sua contribuição para o progresso da sociedade. “Para o homem e para a sociedade, o Direito não constitui um fim, apenas um meio para tornar possível a convivência e o progresso social” (Nader, 2020, p. 19). Conforme ensina Franco Cosentini, “o Direito não é uma criação espontânea e audaciosa do legislador; mas possui uma raiz muito mais profunda: a consciência do povo [...] O Direito nasce da vida social, se transforma com a vida social e deve se adaptar à vida social” (Cosentini, 1929, p. 1).

O direito deve sempre renovar-se em busca de adaptação à realidade. Conforme assevera Nader (2020, p. 19).

a necessidade de ordem, paz, segurança, justiça, que o Direito visa a atender, exige procedimentos sempre novos. Se o Direito se envelhece, deixa de ser um processo de adaptação, pois passa a não exercer a função para a qual foi criado. Não basta, portanto, o *ser* do Direito na sociedade, é indispensável o *ser atuante*, o *ser atualizado*.

No cenário da Revolução Tecnológica da Prática Jurídica aqui reconhecida e destacada, observa-se que o ordenamento jurídico contemporâneo tem avançado no sentido de buscar adaptação das normas e ritualísticas processuais a uma dinâmica que preza pela realização de um processo justo e célere e pelo alcance de um resultado, que garanta a efetividade dos direitos e as garantias fundamentais dos cidadãos.

O clarividente olhar constitucional que o ordenamento processual recomenda restou expressamente normatizado a partir do disposto no art. 1º do CPC/2015: “Art. 1º - O processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e

as normas fundamentais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil” (Brasil, 2015, p. 1).

Ao discorrer acerca da constitucionalização do Direito, Bicalho (2022, p. 18) registra que se trata de “um olhar mais a frente, é interpretar todas as ações à luz da Constituição, é uma subordinação atrelada a uma garantia na norma máxima do Estado”.

Conforme reconhece Dias (2018, p. 120), “com a nova roupagem constitucionalista, o direito processual evoluiu significativamente, estreitando os laços com o direito material, a fim de se garantir a prestação jurisdicional justa e efetiva”.

Na perspectiva da visão processual moderna, Zaneti Junior (2016, p. 216), por sua vez, afirma que: “à eleição do acesso material não basta a possibilidade de ingresso no judiciário, é preciso garantir a possibilidade concreta de ‘saída’, do exercício real dos direitos e de obtenção da prestação jurisdicional com justiça, garantindo o processo civil de resultados”.

A legislação processual civil permite de modo expresse a realização de atos processuais por meio eletrônico, como se observa do que dispõem os artigos 193 a 199, 209, § 1º, 213, 236, § 3º, 246, § 4º, 247, 270, 334, § 7º, 367, 385, § 3º, 439/441, 453, § 1º, 460 e 461, CPC, entre outros.

Os recursos tecnológicos que tiveram o uso ampliado pelos Tribunais a partir da pandemia decorrente do Coronavírus (COVID-19), não foram eventuais retrocessos nos tempos pós-pandemia.

A Resolução Nº 341, de 7 de outubro de 2020, do Conselho Nacional de Justiça determinou aos tribunais brasileiros a disponibilização de salas para depoimentos em audiências por sistema de videoconferência, a fim de evitar o contágio pela COVID-19. Meses depois, a Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 354, de 19 de novembro de 2020 regulamentou a realização de audiências e sessões por videoconferência e telepresenciais e a comunicação de atos processuais por meio eletrônico nas unidades jurisdicionais.

Em Minas Gerais, a Portaria nº 6.710/CGJ/2021, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais regulamentou a realização de depoimentos pessoais, oitivas de testemunhas e vítimas residentes fora da comarca e de interrogatórios por sistema de videoconferência, na Justiça de Primeira Instância do Estado. A referida Portaria

instituiu a “sala passiva” para oitiva de testemunhas que eventualmente possuam domicílio em outra comarca.

Doravante, a Resolução nº 481 de 22 de novembro de 2022, do CNJ, tratou de restabelecer a prática de atos processuais presenciais, revogou resoluções vigentes à época da pandemia do Coronavírus e alterou as Resoluções CNJ n. 227/2016, 343/2020, 345/2020, 354/2020 e 465/2022.

O processo, conforme registra Dias (2018, p. 31), “representa um mecanismo efetivo de acesso à justiça, a partir do processo justo, em busca de um resultado justo”. Nesse sentido, a instrumentalidade é fator contributivo para o acesso à justiça.

Discorrendo sobre o trinômio justiça, direito e processo e o princípio do resultado justo, Brasil Junior (2007, p. 148) ressalta que “o princípio do resultado justo deve ser considerado pelo intérprete em todo e qualquer provimento judicial. Sempre que for prestar a tutela jurisdicional, o juiz deverá indagar se o resultado produzido é justo e equo”. O autor ainda complementa: “Todos têm a garantia constitucional de acesso à justiça. Não ao Poder Judiciário, mas ao resultado justo que se espera do processo” (Brasil Junior, 2007, p. 149).

O sistema tem avançado no sentido de ampliar sua contribuição para a facilitação do acesso à justiça, aos cidadãos e é nesse viés que as inovações e as facilidades tecnológicas apresentam potencial para significativa contribuição.

3 BENEFÍCIOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NA PRÁTICA JURÍDICA

O Código de Processo Civil de 2015 foi instituído em momento de transição entre o processo tradicional sem eu formato físico e o processo eletrônico, tanto é que muitas das normas consignadas no CPC/2015 são aplicadas tão somente em processos físicos que praticamente já não existem. Embora o CPC/2015 seja cronologicamente recente e consideravelmente atual nas suas normas e diretrizes, em breve haverá a necessidade de revisão do seu texto, a fim de que seja ele adaptado ao processo integralmente eletrônico e à dinâmica ritualística que as facilidades tecnológicas oferecem.

Incomensuráveis são os **benefícios das inovações tecnológicas na prática jurídica**, que contribuem para o sucesso da atividade jurisdicional, para a melhoria na atuação dos profissionais da área jurídica e para o acesso à justiça, pelos cidadãos.

É inegável que

as novas tecnologias de comunicação e informação geram impactos no Direito, no ordenamento jurídico, na vida dos profissionais e na própria formação dos juristas. Em consequente, deve-se observar como esses impactos interpostos pela tecnologia atingem a prestação do serviço público de justiça (Carvalho, Campos e Arakaki, 2019, p. 317).

A seguir, serão destacadas as principais melhorias decorrentes das inovações tecnológicas na prática jurídica para a prestação jurisdicional, em geral, na atuação dos magistrados, advogados, defensores públicos, promotores de justiça e auxiliares da justiça e para os cidadãos.

3.1 PRINCIPAIS BENEFÍCIOS DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Merecem destaque, nesse viés:

a) A **produção automatizada de documentos**, apontando para a ampliação da utilização da inteligência artificial na busca por normas, precedentes, repositório de jurisprudências e ensinamentos doutrinários, que contribuem para a agilização dos trabalhos de todos os profissionais da área jurídica;

b) **Utilização de ferramentas online para tentativa de autocomposição.** Vislumbra-se, ainda, a ampliação da utilização de ferramentas on-line para tentativa de autocomposição, o que pode simplificar e agilizar sobremaneira a solução de conflitos e até mesmo de litígios. A título exemplificativo, cumpre destacar o serviço oferecido pela plataforma “Consumidor.gov.br”⁴, um serviço público gerido, disponibilizado e mantido pela Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, que permite a interlocução direta entre consumidores e empresas para solução de conflitos de consumo pela internet. A ferramenta é monitorada pela Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon - do Ministério da Justiça, Procons, Defensorias, Ministérios Públicos e por toda a sociedade.

⁴ Ver mais em: <https://www.consumidor.gov.br/pages/principal/?1682963240483>. Acesso em: 3 fev. 2024.

c) **Audiências on-line realizadas em procedimentos pré-processuais.**

Nesse desiderato, cumpre destacar, de igual modo, as **audiências on-line realizadas em procedimentos pré-processuais, sobretudo pelo CEJUSC- Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania**. Esse projeto de iniciativa dos Tribunais de Justiça permite a formalização de reclamações pré-processuais e a busca pela resolução amigável, tendendo a evitar o ajuizamento de ações perante o Judiciário. A realização das audiências pelo sistema on-line facilita o acesso das pessoas envolvidas e contribui para a resolução célere da demanda.

Destacam-se, ainda:

- a) Ampliação da produtividade dos profissionais;
- b) Organização das rotinas e procedimentos;
- c) Aumento da transparência, com facilitação de acesso a processos;
- d) Agilidade da resolução de problemas; e
- e) Melhor gerenciamento de documentos;

O Código de Processo Civil de 2015, com assertividade, ampliou a valorização dos métodos autocompositivos como forma de solução de conflitos, o que converge com o fenômeno da constitucionalização dos processos como premissa balizadora de um sistema que preza pela efetividade dos direitos e garantias fundamentais. A autocomposição, por sinal, “é a solução altruística do litígio, considerada, atualmente, como legítimo meio alternativo de pacificação social” (Didier Junior, 2015, p. 165).

3.2 PRINCIPAIS BENEFÍCIOS DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NA ATUAÇÃO DOS MAGISTRADOS, ADVOGADOS, DEFENSORES PÚBLICOS, PROMOTORES DE JUSTIÇA, AUXILIARES DA JUSTIÇA E PARA OS CIDADÃOS

No que diz respeito à atuação dos magistrados, advogados, defensores públicos, promotores de justiça e auxiliares da justiça, inegáveis são os impactos das inovações tecnológicas.

Em um passado recente, o acesso aos autos dos processos, que tramitavam por meio físico ocorria nas secretarias do fórum, nos horários de expediente presencial, devendo ser protocoladas as petições ou realizada juntada aos autos dos pronunciamentos do juiz. Com o advento do processo eletrônico, **o acesso aos autos eletrônicos é integral**, pelo sistema eletrônico, independentemente do horário e

local onde se encontram os agentes dos atos processuais. Essa facilidade gerou economia de tempo e dinheiro, evitando deslocamentos ao fórum. A **economia de papel** também representa inegável avanço, inclusive no tocante às questões ambientais alusivas à temática.

O acesso amplo e irrestrito aos autos dos processos permite aos profissionais que nele atuam a **antecipação de atos processuais**, o que contribui para a celeridade processual e para o acesso à justiça. O advogado, defensor público ou promotor de justiça, no intuito de agilizar o trâmite processual, poderão impugnar uma contestação, cumprir diligências, apresentar alegações finais ou recorrer antes mesmo da intimação para tal ato. De igual modo o juiz, tendo acesso amplo e irrestrito aos autos, no seu formato digital, poderá agilizar seus pronunciamentos e ampliar significativamente a sua produtividade.

Aos advogados, um verdadeiro universo se abre a partir da **possibilidade de ampliação da atuação em nível nacional**, uma vez que poderá ajuizar demandas em qualquer comarca do Brasil e realizar o acompanhamento e prática dos atos por meio eletrônico. Ademais, resta potencializada a possibilidade de ampliação da clientela a partir da adequada utilização do **marketing digital**, sobretudo pelas redes sociais, na forma e limites permitidos. Em razão da hiperconectividade, a tendência é a redução das estruturas físicas dos escritórios e fóruns, com a ampliação dos formatos de **escritório on-line** e o **atendimento ao cliente por videoconferência**. A tecnologia facilita o encaminhamento de informações e documentos por meios eletrônicos entre advogados e defensores públicos e os seus clientes.

As inovações tecnológicas **facilitam o acesso de todos os profissionais da prática jurídica a repositório de jurisprudências e precedentes, obras jurídicas e notícias em tempo real**, o que poderá contribuir para o enriquecimento da fundamentação de petições, de recursos e de julgados.

A **participação e o acompanhamento de julgamentos, nos tribunais, por videoconferência** beneficiam, sobretudo advogados e partes que residem no interior dos estados, que não precisam se deslocar à capital para a participação em atos processuais nos tribunais, inclusive com a realização de sustentação oral.

Cumprir registrar, por oportuno, que a tecnologia facilita o acesso dos profissionais da área jurídica a **cursos interativos de especialização e atualização**

que permitem o aprimoramento de práticas em busca da ampliação da eficiência dos serviços.

O cidadão deve ser o principal beneficiado com as inovações tecnológicas na prática jurídica, afinal, ele é o destinatário das benesses pretendidas quando se almeja facilitar ou ampliar o acesso à justiça.

Ao discorrer acerca da implantação das novas tecnologias no meio jurídico a partir do processo eletrônico, Ferreira Neto (2012, p. 16) assim se pronuncia:

O processo digital vislumbra a possibilidade de tornar a Justiça brasileira mais célere e uma nova era no poder mais formal da União, Estados e Municípios. A evolução representa maior velocidade e maior segurança na tramitação dos processos eletrônicos, vantagem para o cidadão e para os operadores do direito. No contexto mundial não podemos ficar à margem das possibilidades da utilização da informática, bem como não se pode desdenhá-las, urge que lancemos mão de tais recursos para interrompermos o paradigma da Justiça arcaica e ineficiente.

Quanto ao cidadão, ele experimentará significativas inovações positivas na prática jurídica, a partir do facilitado **acesso ao andamento processual, em tempo real**. O jurisdicionado pode acompanhar o andamento de processos em tempo real, o que facilita sua programação para participação em audiências, permite acompanhar decisões judiciais, recursos e os demais atos do processo.

Também é fator facilitador **a aproximação do cidadão com o advogado ou defensor público por meios eletrônicos**, o que viabiliza melhor contato e detalhamento dos fatos, O **atendimento virtual** entre causídico e cliente representa forma ágil e econômica de contato, permitindo, inclusive, o **envio de documentos, no seu formato eletrônico**, sem a necessidade de entrega de originais ou de se providenciar cópias reprográficas.

Amplia-se, por fim, o controle social com relação aos atos processuais, permitindo aos cidadãos acompanharem de perto o exercício do poder jurisdicional, pelo Estado.

4 DESAFIOS E PERSPECTIVAS DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NA PRÁTICA JURÍDICA

É preciso avançar. Para atingirmos a excelência na prestação da atividade jurisdicional por meios eletrônicos, “devemos evoluir na pesquisa para maior

entendimento a esse “território virtual”, considerando as consequências dessas novas práticas nas relações processuais e nos sujeitos que as integram” (Carvalho, Campos e Arakaki, 2019, p. 317).

Embora as inovações tecnológicas sejam realidade na prática jurídica, alguns desafios merecem a tentativa de superação.

É preocupante a **difículdade de aceitação das inovações** tecnológicas por parte de alguns profissionais mais experientes na carreira jurídica. A resistência é o principal antídoto contra a necessária adaptação aos novos tempos tecnológicos.

Nesse sentido, Carvalho, Campos e Arakaki (2019, p. 314-315) discorrem acerca da resistência que, eventualmente, ocorre quanto à adaptação às inovações:

Inovação se opõe ao ‘*status quo*’. No ambiente jurídico, o ortodoxo é a regra. As transformações sofrem grande rejeição. É uma resistência natural, porque propõe um desconforto para os que correntemente trabalham com ferramentas muito conhecidas, notadamente o papel e as formas constituídas a partir desse pressuposto.

No aspecto técnico, impõe-se a necessidade de melhorias visando à **redução de instabilidades e de indisponibilidade dos sistemas**, sobretudo aquele que permite o acesso eletrônico aos processos. O ambiente eletrônico não pode apresentar falhas, pois eventuais inconsistências podem comprometer a eficiência dos trabalhos.

Constitui-se como um desafio a ser enfrentado por gestores e operadores dos sistemas, a **garantia de publicidade dos processos eletrônicos** que não contam com restrições legais à publicidade. Isso ocorre, porque quando se tratava de processo físico, não havendo restrição legal, qualquer cidadão poderia acessar os autos e acompanhar de perto a prestação jurisdicional e a realização da justiça. Atualmente, com o processo eletrônico, apenas advogados, defensores públicos e outros profissionais da área jurídica conseguem acessar integralmente os autos de processos, embora a publicidade seja a regra.

Desafiante também é o **risco de interferência nos atos praticados por meio eletrônico**, como a indevida interferência em depoimentos. A fim de evitar esse problema, os tribunais têm adotado a prática de exigir a presença física do depoente no prédio do fórum, enquanto os demais podem participar do ato por videoconferência.

Embora sejam recorrentes as audiências autocompositivas por videoconferência, observa-se que, nesses casos, há ampliação da **dificuldade de diálogo entre as partes envolvidas**, o que reduz e até limita as tratativas de autocomposição. Esse problema pode ser atribuído à falta de familiarização das pessoas com a dinâmica digital, o que colabora para que ocorra timidez e, conseqüentemente, limitação de diálogo entre os envolvidos.

Na ambiência técnica, sobrepõe-se o desafio de reduzir os **problemas de acesso das partes e das testemunhas ao ambiente virtual das audiências**. Inúmeras audiências realizadas por meio eletrônico não são concluídas com êxito ou são adiadas em razão da não participação na audiência daqueles que dela devem participar, em razão de dificuldade de acesso por meio do link de audiência, falha no sinal da internet ou dificuldade de manusear o aparelho para viabilizar o acesso.

Por oportuno, impõe-se registrar que a **realização de audiências de instrução e julgamento por meio eletrônico afastam as partes da presença física com o juiz**. Com isso, ocorre a redução da percepção de verossimilhança dos fatos a partir da análise, pelo juiz, da postura das partes em audiência.

No tocante às principais perspectivas alusivas aos impactos das inovações tecnológicas na prática jurídica, podem ser destacadas: valorização das iniciativas que estejam relacionadas à inovação e tecnologia; ampliação da prática de atos processuais por meio eletrônico; a admissibilidade da comunicação de atos processuais por aplicativos e redes sociais (como o whats app); citação eletrônica de todas as pessoas jurídicas; citação eletrônica de pessoas físicas cadastradas no sistema; ampliação da utilização da inteligência artificial na prática jurídica; ampliação da utilização de ferramentas on-line para autocomposição, com a finalidade de que seja evitada a judicialização de demandas e o início das discussões, para que seja viabilizada nova reforma **no CPC/15, a fim de suprimir dele normas obsoletas referentes aos antigos processos que tramitavam por meio físico e adequá-lo ao processo civil eletrônico**.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio convidou à reflexão acerca dos benefícios, desafios e perspectivas das inovações tecnológicas na prática jurídica à luz da garantia do acesso à justiça.

Constata-se que a prática jurídica vivencia os progressivos impactos de uma verdadeira Revolução Tecnológica no Direito que, sobretudo na última década, tem sido significativamente reestruturada e transformada a partir das exponenciais contribuições evolucionárias que as inovações tecnológicas têm viabilizado, o que conduz à necessidade de adaptação à ambientização digital. Vivencia-se a Prática Jurídica 5.0, a prática jurídica inovadora, no ambiente digital, que deve representar fator contributivo para o acesso à justiça.

O presente ensaio apresentou a panorâmica da prática jurídica contemporânea na ambientização tecnológica à luz do acesso à justiça. Em seguida, foram abordados os principais benefícios, desafios e perspectivas das inovações tecnológicas na prática jurídica, com ênfase na prestação jurisdicional e na atuação dos magistrados, advogados, defensores públicos, promotores de justiça, auxiliares da justiça e para os cidadãos. Posteriormente, foram analisados os desafios e as perspectivas das inovações tecnológicas na prática jurídica.

Por derradeiro, conclui-se que as inovações tecnológicas na prática jurídica representam a realidade no Direito contemporâneo, o que conduz a desafios que merecem enfrentamento em busca do aprimoramento de práticas, rotinas e procedimentos. Diante do exposto, verifica-se que essas inovações contribuem, significativamente, para a ampliação do acesso à justiça aos cidadãos.

REFERÊNCIAS

BICALHO, Renato Braga. **O processo constitucional administrativo como garantia da efetividade do direito fundamental ao acesso à justiça administrativa**. São Paulo: Dialética, 2022

BRASIL JUNIOR. Samuel Meira. **Justiça, direito e processo**: a argumentação e o direito processual de resultados justos. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. **Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 18 fev. 2024.

CARVALHO, João Victor Augusto Caetano de; CAMPOS, Ludmila Breder Furtado; ARAKAKI, Fernanda Franklin Seixas. a tecnologia a favor dos sujeitos processuais: uma análise a partir do uso do “QR Code” em petições e de decisões fundamentadas no conteúdo virtual. *In: Temas de Direito Processual Contemporâneo: III Congresso Brasil-Argentina de Direito Processual*, 2., 2019, Serra. **Anais...**Serra: Editora Milfontes, 2019.

COSENTINI, Franceso. **Le Droit de Famille** - Essai de Réforme Librairie Cidade: Générale de Droit & de Jurisprudence, 1929.

DIAS, Luciano Souto. **Poderes instrutórios do juiz na fase recursal do processo civil em busca da verdade**. Salvador: JusPodivm, 2018.

DIDIER JR, Fredie. **Curso de direito processual civil**: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento 17. ed. Salvador: JusPodivm, 2015. v. 1

FERREIRA NETO, Mário. **Virtualização do processo**- vantagens e desvantagens. 2012. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/virtualizacao-do-processo-vantagens-e-desvantagens-beneficios-e-desafios/100899>. Acesso em 19 fev. 2024.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Esquematizado** - Direito Processual Civil. 13. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2022.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. 42. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

SUSSKIND, Richard. **Tomorrow'slawyers**: anintroductiontoyour future. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2013.

ZANETI JÚNIOR, Hermes; CABRAL, Trícia Navarro Xavier. **Justiça multiportas**: Mediação, Conciliação, Arbitragem, e outros meios de solução adequada de conflitos. Salvador: Juspodivm, 2016.